

Corrente do bem: na pandemia, ações de filantropia têm expansão inédita

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O movimento pode mudar de forma radical a maneira como se combate a desigualdade no país. Lia Maria de Aguiar – Egberto Nogueira/Ímãfotogaleria/VEJA “A pandemia só deixou mais clara a situação de fragilidade de nosso país.” Lia Maria de Aguiar, herdeira do Bradesco e criadora da fundação que leva seu nome Acontecimentos extremos exigem atitudes extraordinárias. É o que costuma pregar o senso comum diante de períodos turbulentos como guerras, crises, catástrofes naturais e humanitárias. Herdeira do fundador do Bradesco, um dos maiores bancos privados do país, Lia Maria Aguiar, 82 anos, percebeu que precisava agir em face da crise causada pelo coronavírus — e o caminho seria a filantropia. Habituada a financiar ações sociais voltadas à educação e cultura em Campos do Jordão, cidade paulista na Serra da Mantiqueira, onde mora, decidiu investir também na área de saúde, território até então inexplorado para a fundação que leva seu nome. “A pandemia só deixou mais clara a situação de fragilidade do nosso país”, constata. Em um primeiro momento, decidiu oferecer gratuitamente exames para o diagnóstico da Covid-19, até então inexistentes na cidade. Além dos testes, a fundação está erguendo um ambulatório para medicina preventiva, que, em breve, terá recursos para atendimentos mais sofisticados, como hemodiálise. A ideia é transformar essa unidade em hospital filantrópico, gerido sob a consultoria do Sírio-Libanês. Dona de uma fortuna estimada em 1,5 bilhão de dólares, que, por testamento, deve ser destinada aos projetos de caridade de sua fundação, Lia de Aguiar faz parte de um contingente de brasileiros que se dedicam a fazer mais pelo país e pelos necessitados. Entre tantas agruras vividas nestes tempos de pandemia, trata-se de um movimento crescente e bem-vindo ao país. Historicamente, a prática da doação por aqui tem uma dimensão muito menor do que poderia, especialmente quando comparada a outros países. A eclosão da Covid-19, porém, deu um impulso significativo de recursos destinados a projetos filantrópicos. De acordo com os registros de entidades como o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) e a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), as doações que somavam 3,25 bilhões de reais em 2018 foram catapultadas a 6,9 bilhões de reais do início da pandemia até a semana passada. Grande parte delas aconteceu no começo da crise — entre março e maio de 2020, os recursos somaram 5,5 bilhões de reais. No início de 2021, o ritmo chegou a apresentar uma queda, mas a nova onda de contaminações e a piora das condições de vida da população mais pobre voltaram a impulsionar os números nos últimos dois meses. Em abril, o volume de recursos aplicados em filantropia foi de 150 milhões de reais, o mais alto desde agosto de 2020. Do grupo de beneméritos que optaram pela prática do bem na pandemia fazem parte tanto sobrenomes e instituições já conhecidos por suas iniciativas assistenciais quanto novatos nesse universo. Na lista dos dez maiores doadores podem ser encontrados sobrenomes tradicionalmente vinculados às causas sociais, como os das famílias Moreira Salles (fundadora do Unibanco, com atuação na área cultural e científica) e Ermírio de Moraes (do grupo Votorantim, que apoia instituições hospitalares de São Paulo). Na esfera empresarial, chamam atenção o grupo educacional Cognia, fundada por Walfrido Mares Guia, e a JBS, a maior processadora de carnes e aves do país, que doou cerca de 400 milhões de reais, aplicados na construção de hospitais modulares no Distrito Federal e em Rondônia, na instalação de 1 800 leitos clínicos e de UTIs pelo país, além do financiamento de reforma e ampliação de unidades de atendimento em sete estados. Titã do setor de saúde, a Rede D'Or, fundada pelo médico carioca Jorge Moll Filho e hoje comandada por seu filho Paulo Moll, destinou 108 milhões de reais à requalificação da rede do SUS do Rio de Janeiro e ao financiamento dos testes clínicos da vacina do consórcio entre Fiocruz e AstraZeneca, que, em conjunto com a CoronaVac, está sendo usada na imunização dos brasileiros. Em um período tão dramático, é natural que boa parte das doações tivesse como destino ações voltadas à saúde pública. Tais iniciativas receberam 74% dos investimentos realizados. É uma

inflexão de perfil de doações, uma vez que, em anos anteriores, segundo os dados do Gife, a maior parte dos recursos consistia de repasses a instituições religiosas, que ficavam com 49% do total. Nessa nova leva, o maior doador da pandemia foi o Itaú Unibanco, que já despendeu em torno de 1,25 bilhão de reais, o maior volume de recursos já destinados por uma instituição em uma ação filantrópica no país em tão curto período. Presidente da Fundação Tide Setubal e uma das herdeiras do banco, Neca Setubal acredita que, apesar dos efeitos nefastos, a pandemia teve impacto positivo ao chamar a atenção de empresários e potenciais doadores para os efeitos das desigualdades sociais e econômicas brasileiras. “Anteriormente ainda existia uma cultura de que os problemas do Brasil são de responsabilidade do governo. Hoje isso definitivamente mudou”, diz Neca. Neca Setubal – Reinaldo Canato/Folhapress/.

“Anteriormente existia uma cultura de que os problemas do Brasil são de responsabilidade do governo. Hoje isso definitivamente mudou.” Neca Setubal, uma das herdeiras do Itaú e presidente da Fundação Tide Setubal

Entre os grandes doadores, as instituições financeiras tiveram participação relevante. Segundo os cálculos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), apenas para o desenvolvimento das vacinas os bancos doaram 380,5 milhões de reais, sendo a Fundação Oswaldo Cruz a maior beneficiária dos recursos (cerca de 220 milhões de reais). No entanto, o setor de finanças foi além do combate ao coronavírus. Causas importantes e particularmente sensíveis nos últimos meses, como a preservação ambiental, também ganharam a atenção dos três maiores bancos privados do país (Itaú, Bradesco e Santander). Junto com organizações da sociedade civil, ambientalistas e empresários rurais, formalizaram o apoio a uma coalizão para fazer frente a desmatamentos, iniciativa de alta relevância em meio a desastres ambientais como as terríveis queimadas no Pantanal ocorridas no ano passado. Notoriamente positiva, a expansão da filantropia no país traz pelo menos uma inquietação. Tanto gestores de projetos da área como beneficiados pelas ações se perguntam até que ponto as doações recordes não se restringem a um acontecimento episódico, com tendência a refluir depois da pandemia — uma situação particularmente delicada caso a economia saia muito machucada deste momento desafiador. É bem possível que, nos próximos anos, o valor aplicado em benemerência seja inferior ao atual, mas há fortes indícios de que uma barreira foi definitivamente rompida. “A pandemia vai ser um marco para a filantropia. Foi o gatilho para uma sociedade mais solidária e, nesse sentido, o setor privado brasileiro mudou o patamar do seu compromisso”, acredita André Esteves, sócio fundador do banco BTG Pactual, que destinou 50 milhões de reais para uma série de iniciativas em dezesseis estados. Jorge Paulo Lemann – Silvia Costanti/Valor/Folhapress/.

“Iniciativas como as da ONG Gerando Falcões são o ponto de partida para inspirar um modelo filantrópico eficiente no país.” Jorge Paulo Lemann, controlador da Ambev, Heinz, Burger King e das Lojas Americanas, entre outras empresas

Entre os projetos financiados pelo BTG na pandemia, alguns serão mantidos nos próximos anos, como um fundo de microcrédito e um projeto chamado BTG Soma, para capacitar organizações não governamentais, as ONGs. “Há uma mudança em curso, que vinha lenta e gradual, e a pandemia acelerou. O establishment brasileiro está se sentindo mais responsável pela sociedade. E nesse sentido estamos nos aproximando do modelo que existe nos Estados Unidos”, diz Esteves. Outra iniciativa articulada por ele, essa de caráter pessoal, é a criação de uma universidade de tecnologia. O projeto receberá 250 milhões de reais e tem inspiração no Massachusetts Institute of Technology (MIT). O objetivo é suprir a falta de profissionais de tecnologia no Brasil, além de complementar a formação técnica dos estudantes com conceitos ligados ao empreendedorismo, às questões ambientais, ao direito e à economia de mercado.

Continua após publicidade

Com seus 14 milhões de infectados e 400 000 mortos no país, a Covid-19 não fez distinção entre suas vítimas e contaminados, mas foi particularmente devastadora entre os mais pobres, tanto no aspecto sanitário como no econômico. No primeiro trimestre completo da pandemia, a renda média do trabalhador brasileiro caiu 20,1%, segundo dados da FGV Social. Em se tratando dos mais pobres, porém, a perda foi de 27,9%. O índice de Gini, que mede a desigualdade socioeconômica, subiu 2,82% no mesmo período. Nesse cenário, as ações voltadas especificamente para essas camadas da população também ganharam peso e receberam 1 a cada 5 reais doados no país. Apenas no mês de março do ano passado, as famílias Trajano e Garcia, controladoras da rede varejista Magazine Luiza, desembolsaram 10 milhões de reais em um projeto de segurança alimentar para famílias carentes — ao longo de 2020 esse valor alcançou 30 milhões. Luiza Trajano – Lailson Santos/VEJA “No projeto Unidos pela Vacina, a doação não é apenas de dinheiro. Nós estamos de fato na operação.” Luiza Trajano, dona do Magazine Luiza

Mas a força da segunda onda de contaminações fez com que Luiza Helena Trajano, presidente do conselho da empresa, fosse além do programa de segurança alimentar. Em janeiro, ela passou a liderar empresários em uma nova ofensiva contra os efeitos da Covid na sociedade a partir da

vacinação. “Percebemos que estamos em um pior momento e ao mesmo tempo ainda existia uma força de mobilização”, recorda ela. “Os empresários estão trabalhando para aumentar a eficiência do processo de vacinação da população, tanto nos estados como nas prefeituras. E a doação não é só em dinheiro, estamos entrando na operação das campanhas”, diz ela. O projeto Unidos pela Vacina capitaneado por Luiza já conta com mais de 1 000 pessoas trabalhando em várias frentes para melhorar a estrutura de vacinação do país. Entre os empresários e executivos, que ajudam com tempo, conhecimento, trabalho e contatos, estão Paulo Kakinoff, da Gol, Chieko Aoki, da rede de hotéis Blue Tree, e Walter Schalka, da Suzano. Em meio às rupturas socioeconômicas provocadas pela pandemia, um expediente recorrente entre empresas interessadas em apoiar iniciativas voltadas à população mais carente tem sido o de se valer de instituições e ONGs que já são conhecidas por sua atuação em favelas como receptoras para suas doações. O empresário Abílio Diniz e o dono da maior fortuna do Brasil, Jorge Paulo Lemann, controlador de colossos como Ambev, Lojas Americanas, Hershey's, Heinz e Burger King, entre outras, estão entre os que procuraram a organização Gerando Falcões, do empreendedor social Eduardo Lyra, para a doação de cestas básicas. “Conheci mães que estavam havia três dias sem comer para poder garantir que seus filhos pudessem pelo menos fazer duas refeições diárias. O que estamos vivendo é uma verdadeira hecatombe social”, diz Lyra. Para manter, no início deste ano, o mesmo patamar dos meses de maior arrecadação de 2020, ele precisou ampliar drasticamente seus esforços. Entre março e junho de 2020, treze grandes empresas apoiaram o projeto, com doações iniciais de 1 milhão de reais. Foram arrecadados 25,6 milhões de reais, que garantiram 512 000 cestas básicas distribuídas a 85 333 famílias. Na reativação da campanha, Lyra mobilizou cinco vezes mais doadores. “Iniciativas como as do Gerando Falcões são o ponto de partida para inspirar a disseminação de um modelo filantrópico com eficiência no país”, declarou Lemann a VEJA.

TRADIÇÃO - Hospital em São Paulo, em 1918: o país não tem cultura de filantropia – Acervo do Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano/.

Dono de uma fortuna estimada em 20 bilhões de dólares, o empresário que antes da pandemia dividia a sua rotina entre a Suíça, Rio e São Paulo é mais conhecido no mundo filantrópico por sua atuação no ramo da educação, encabeçada pelas fundações Estudar e Lemann, criadas por ele. Com a chegada da Covid-19, porém, ele decidiu financiar os primeiros testes da vacina desenvolvida pela AstraZeneca e pela Universidade de Oxford no país e expandir a pesquisa local em parceria com as fundações Brava e Telles, pertencentes a seus sócios Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles. Além disso, investiu em uma fábrica de vacinas junto com o Itaú, o Instituto Votorantim, a Stone e as Lojas Americanas. Seu compromisso com a educação se refletiu no apoio a diversas instituições públicas, ao oferecer suporte técnico ao ensino remoto. A Ambev, empresa que ele controla, também entrou firme na crise de distribuição de oxigênio no país, em março, ao transformar em tempo recorde sua fábrica em Ribeirão Preto (SP) em uma unidade para produção do gás que faltava nos hospitais. Um traço comum aos grandes apoiadores de projetos filantrópicos no país é a forma altamente profissional com que gerem recursos e destinação aos projetos que financiam. De maneira geral, as fundações ligadas a empresas ou indivíduos são estruturadas por meio de uma polpuda doação inicial, que se transforma em um fundo patrimonial, administrado de forma que o principal fique preservado e os rendimentos anuais sejam aplicados em uma série de investimentos de modo que gerem recursos para as iniciativas filantrópicas. Esse modelo é adotado por diversas famílias, segundo o consultor Guilherme Benites, da Aditus Consultoria Financeira, e é comum nos Estados Unidos. Guardadas as devidas proporções, o atual modelo brasileiro de filantropia tem forte inspiração no existente hoje na maioria das fundações americanas. Por lá, os projetos de benemerência, que originaram centros médicos de referência mundial, universidades recheadas de prêmios Nobel e museus e instituições culturais de primeira grandeza, advêm de uma longa tradição de os grandes capitalistas ajudarem a sociedade de forma muito mais organizada e eficiente. A era das grandes fundações começou há pouco mais de 100 anos, com iniciativas como a do magnata do aço Andrew Carnegie. Em 1911, ele criou uma fundação de grande influência em Washington, especializada no desenvolvimento educacional e em pesquisas. O mesmo foi feito pouco depois por John D. Rockefeller. André Esteves – Germano Lüders/. “Há uma mudança lenta e gradual, que se acelerou com a pandemia. O establishment se sente mais responsável pela sociedade.” André Esteves, controlador do BTG Tanto um como o outro não eram muito bem-vistos na maneira como conduziam seus negócios, o que levou a críticas de que suas ações seriam formas de atenuar a má imagem pública. Um século depois, as empresas de ambos já não existem mais, mas suas fundações se mantêm sólidas em meio às instituições de maior prestígio entre os americanos. “Hoje, as chances de a filantropia usada como ação de marketing, para alavancar a imagem de uma corporação, de um indivíduo ou de uma família, dar certo são remotas”, comenta Patrícia Villela

Marino, advogada casada com Ricardo Villela Marino, da sexta geração da família que fundou o Itaú. “A gestão de recursos e a estruturação de projetos são iniciativas extremamente complexas que exigem dedicação e precisam ser sistematizadas e praticadas metodologicamente”, explica Patricia, que comanda a ONG Humanitas360, com atuação em presídios. Muitos creditam a opulência da filantropia americana diante do tímido desenvolvimento desse setor no Brasil às regras tributárias de cada país. Segundo essa tese, a taxaçoão sobre heranças, que chega a 40%, levou os americanos a estabelecer uma tradição secular de praticar o bem. Mas há outros exemplos de países onde a tradição filantrópica também é robusta, como Sri Lanka, Mianmar, Austrália e Nova Zelândia, sem o mesmo recurso tributário. “O sistema brasileiro até que é bem generoso com as empresas interessadas em investir em ações sociais”, diz Paula Jancso Fabiani, diretora-presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. As instituições filantrópicas não pagam imposto de renda, PIS e Cofins, entre outros, desde que não distribuam renda para seus fundadores. O fato é que, tanto na legislação tributária americana quanto na brasileira, os doadores têm meios de compensar o que investem em filantropia. A diferença entre os países parece ser, sobretudo, de aspecto cultural. Nesse sentido, a pandemia tem sido um divisor de águas que sensibiliza mais as pessoas e efetivamente leva a um volume maior de doações. O grande desafio agora é fazer com que esse movimento, nascido de situações tão adversas e traumáticas, cresça e frutifique. Publicado em VEJA de 5 de maio de 2021, edição nº 2736 Continua após publicidade

